

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Controladoria-Geral da União

EXERCÍCIO 2010

ANO BASE 2009



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Controladoria-Geral da União

EXERCÍCIO 2010

ANO BASE 2009

Brasília
2010

Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho

Secretário-Executivo
Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Secretário Federal de Controle Interno
Valdir Agapito Teixeira

Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas
Mário Vinícius Claussen Spinelli

Corregedor-Geral da União
Marcelo Nunes Neves da Rocha

Ouvidora-Geral da União
Antônia Eliana Pinto

Diretor de Gestão Interna
Cláudio Torquato da Silva

Diretor de Sistemas e Informação
José Geraldo Loureiro Rodrigues

Chefe da Assessoria Especial de Gestão de Projetos
Jaine Mailda Pena Cirqueira

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008, e o Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008, que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programa de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas, gerando informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.



SUMÁRIO EXECUTIVO

A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável por um único programa de governo, 1173 - Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, que tem por objetivo desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, assim como prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública, além de aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo Federal.

Em 2009, do total do orçamento previsto para a CGU, foram liquidados R\$ 551.993.113,12 para a execução do programa e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com os quadros a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado em 2009	% Realização	Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário
R\$ 573.164.192,00	R\$ 551.993.113,00	96,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIGplan em 25/08/2010

Projeto/Atividade		Metas Financeiras			Metas Físicas		
		Previsto (LOA+créditos)	Realizado (liquidado)	Índice de Realização	Previsto	Realizado	Índice de Realização
2003	Ações de Informática	7.240.016	4.886.673	67,50	0	0	0
2B13	Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo	5.458.940	3.056.379	55,99	696	287,05	41,24
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	39.657	0	0	1.851	0	0
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados	3.359.661	3.337.469	99,34	5.478	3.430	62,61
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	504.763	363.823	72,08	443	393	88,71
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	5.195.963	4.781.840	92,03	2.673	2.675	100,07
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	759.682	107.550	14,16	537	68	12,66
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação	1.000.000	923.955	92,40	1.895	2.457	129,66
10TI	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Minas Gerais	2.375.298	150.292	6,33	20	6,328	31,64

Projeto/Atividade		Metas Financeiras			Metas Físicas		
		Previsto (LOA+créditos)	Realizado (liquidado)	Índice de Realização	Previsto	Realizado	Índice de Realização
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do PSS.	89.165.445	86.203.292	96,68	n/a	n/a	n/a
2B15	Correição no Poder Executivo Federal	1.661.126	706.182	42,51	250	2.830	1.132
2D58	Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	7.991.318	7.324.955	91,66	10.102	10.942	108,32
4998	Sistema Federal de Ouvidorias	350.000	112.212	32,06	24	9	37,50
2272	Gestão e Administração do Programa	446.581.621	439.643.038	98,45	n/a	n/a	n/a
4641	Publicidade de Utilidade Pública	350.000	254.854	72,82	n/a	n/a	n/a
110C	Reforma, adaptação e modernização das Unidades Regionais da CGU	1.130.702	140.599	12,43	17	10	58,82
Total		R\$ 573.164.192,00	R\$ 551.993.113,00	% 96,31			

Fonte: SIGplan em 25/08/2010

AVALIAÇÃO SETORIAL

Objetivos Setoriais

- Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.

Objetivo de Governo Vinculado

- Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Indicador de Objetivo Setorial	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Índice de Desempenho da Controladoria-Geral da União (IDIC) - %	102,10	31/12/2009	400,00

A meta estabelecida para 2011 refere-se ao somatório dos índices apurados nos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Principais Resultados

A Controladoria-Geral da União (CGU), criada pela Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, atua como órgão central das funções de controle interno e correição no Poder Executivo Federal. Desenvolve, ainda, ações voltadas para a orientação técnica das unidades de ouvidoria e para a promoção da transparência e a prevenção da corrupção, que se destacam no núcleo essencial da proposta política e do programa de metas fundamentais do Governo Federal.

Desde a sua instituição, a CGU vem aperfeiçoando sua estrutura regimental e aprimorando os processos de trabalho, a fim de cumprir sua missão institucional com crescente eficiência. A CGU desenvolve um combate sistemático à corrupção e se dedica ao controle do dinheiro público federal em todas as suas formas e vertentes de aplicações. Por isso, a instituição tem se firmado também como uma típica agência anti-corrupção, que privilegia a elaboração de estratégias e políticas de prevenção e combate a esse mal.

Em 2009, a CGU deu continuidade a estratégia de atuação adotada no exercício anterior, com ações orientadas para a contribuição no alcance de uma boa governança pública, promoção da ética e da transparência, bem como para a redução das vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção. Privilegiou a linha de orientação aos gestores públicos na execução de suas ações de modo a desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar o processo decisório e prevenir a ocorrência de eventuais desvios, bem como de propor, quando necessário, medidas corretivas, tendo em vista o interesse público. Além disso, procurou aplicar punição a ações desviantes ao garantir a responsabilização dos agentes públicos federais ímprobos. Nesse sentido, destacam-se a seguir os principais resultados alcançados por suas ações, iniciadas ou intensificadas no biênio 2008/2009, os quais foram determinantes para o alcance do objetivo setorial propugnado para o programa 1173.

Com relação às ações relacionadas à Prevenção e Combate à Corrupção, no que se refere à promoção da transparência pública, destaca-se o Portal da Transparência, que permite à sociedade controlar a ação dos governantes e fiscalizar a aplicação do dinheiro público. Atualmente, o Portal informa sobre a utilização de mais de R\$ 6,2 trilhões, referentes a 5.626 ações governamentais e 536 programas oficiais, e já recebeu em 2008/2009 mais de 2,5 milhões de visitas.



No contexto das ações de fomento ao controle social e à cidadania, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, já beneficiou 1.353 municípios com capacitação de mais de 30 mil cidadãos. Em 2008/2009, capacitou quase 9 mil e contemplou 568 municípios. Edições locais dos Concursos Culturais envolveram 41.887 estudantes e 1.326 professores em 37 municípios de 22 Estados. Os Concursos de Desenho e Redação, que têm por objetivo promover a ética e a consciência cidadã junto ao público infanto-juvenil, mobilizou nas 2ª e 3ª edições mais de 430 mil alunos, em mais de 1.300 escolas de ensino fundamental e médio em todas as Unidades da Federação.

O Programa de Fortalecimento da Gestão Pública já atendeu 576 municípios, com capacitações realizadas para mais de 6 mil servidores públicos, sendo contemplados em 2008/2009 mais de 4 mil. A Escola Virtual da CGU que, por meio de Educação à Distância (EaD), atua concentrada em duas áreas temáticas: Educação para a Cidadania e Fortalecimento da Gestão Pública, já contou com mais de 11.000 participantes em suas ações sendo que, em 2009, 3.480 pessoas beneficiaram-se dos cursos oferecidos.

No contexto das articulações internacionais a CGU acompanha a implementação, no Brasil, das medidas previstas em três tratados ratificados na área de prevenção e combate à corrupção: Convenção da ONU, da OEA e da OCDE. Em 2009, o Brasil assumiu a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA, acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados partes.

No campo da produção de informações estratégicas para o combate à corrupção, destaca-se o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade voltada para a produção de informações que visam subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos, mediante a identificação de situações que possam constituir irregularidades a fim de evitá-las. O ODP recebeu em 2009 os prêmios Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública e TI & Governo. Foram produzidas em 2009 informações estratégicas referentes à análise patrimonial de mais de 1.300 pessoas físicas e jurídicas, com vistas a subsidiar investigações preliminares e processos administrativos disciplinares conduzidos pela CGU.

No desempenho das atividades relacionadas a função de Órgão Central do Sistema

de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a CGU atuou no biênio 2008/2009 mediante a realização de mais de 18 mil ações de controle. O Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos chegou, em 2009, a sua 30ª edição, com 1.751 municípios fiscalizados, correspondente a 31,47% do total de municípios brasileiros, e recursos públicos federais de aproximadamente R\$ 13 bilhões. Em 2008/2009, foram realizados dois Sorteios Especiais que fiscalizaram 110 municípios beneficiados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), envolvendo R\$ 623 milhões.

No tocante às auditorias, a CGU realizou 2.736 auditorias de acompanhamento e 1.743 sobre as Tomadas e Prestações de Contas Anuais. Além de buscar, em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU), a simplificação dos procedimentos, adotou medidas para melhoria do processo de trabalho mediante maior interação com o gestor federal. No campo dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional, acompanhou, nos últimos dois anos, 284 projetos, com a realização de 565 auditorias. Foram auditadas 3.144 Tomadas de Contas Especiais, das quais 2.339 foram encaminhadas ao TCU para julgamento, com retorno potencial aos cofres do Tesouro de R\$ 1,345 milhões. Com relação à análise dos atos de pessoal, 198.534 processos foram analisados, entre pensão, aposentadoria e admissão, envolvendo R\$1,165 milhões.

No biênio 2008/2009, chegaram à CGU 6.938 denúncias e representações, das quais 5.110 demandaram ação de controle específica, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais, com conclusão de 1.707 fiscalizações, realizadas em 617 municípios.

A intensificação da articulação interinstitucional representou um dos avanços mais marcantes conquistados. As instituições responsáveis pela defesa do Estado hoje atuam de forma articulada, reunindo setores de todos os Poderes para enfrentar o problema da corrupção, cada um no seu papel. Importantes trabalhos foram realizados, especialmente com Departamento de Polícia Federal, tais como as seguintes operações: Passárgada, João de Barro, Toque de Midas, Vassoura e Bruxa, Fumaça, Orthoptera, Transparência, Gárgula, entre outras. Em todas as atividades, os relatórios contendo os resultados das ações de controle são encaminhados aos Ministérios gestores, possibilitando a adoção de providências

para a correção de desvios verificados e subsidiando a avaliação dos programas de governo e a implementação de melhorias eventualmente identificadas como necessárias. Entre os principais resultados alcançados em 2008/2009, pode-se citar: regularização de despesas indevidas, com efetivos e potenciais retornos de recursos aos cofres públicos; recuperação de valores por pagamentos indevidos de benefícios sociais; melhoria de processos, cadastros e controles administrativos; aperfeiçoamento de indicadores para orientação e avaliação da execução das ações; implementação de planos de fiscalização e acompanhamento de transferências financeiras; reformulação de regulamentações; orientações preventivas evitando desvio de recursos e possível paralisação de obras.

Com relação à área de correção, no exercício das competências de Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR), a CGU, no biênio 2008/2009, conduziu 2.650 investigações preliminares, além de verificar a regularidade de 2.127 procedimentos disciplinares conduzidos pelos órgãos e entidades e recomendar a instauração de 589 processos disciplinares. Instaurou diretamente 216 procedimentos disciplinares, entre processos administrativos disciplinares *stricto sensu*, sindicâncias punitivas, sindicâncias patrimoniais, sindicâncias investigativas e procedimentos disciplinares celetistas. Realizou, ainda, 96 inspeções correicionais *in loco* em unidades componentes do SisCOR. Atuando com medidas administrativas efetivas e intensificando o combate à cultura de impunidade, a CGU alcançou, no referido período, expressivos resultados com aplicação de 776 punições: 648 demissões, 52 cassações e 76 destituições de cargos em comissão.

Ainda na esfera da correição, destaca-se a Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF) que já propôs a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas. O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) já conta com dados de empresas apenas por diversas Unidades da Federação.

Com relação às ações de ouvidoria, a CGU tem concentrado seus esforços na organização, harmonização e integração das ações das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal. Com esse propósito, em 2008/2009, realizou diversos eventos visando à mobilização do segmento e a sensibilização da sociedade para o tema. Além disso, sob sua supervisão técnica, promoveu a criação de 13 novas unidades de ouvidoria, chegando a um total de 151 unidades em operação, as quais

foram responsáveis, nesse período, pelo atendimento e solução de mais de 6 milhões de manifestações de cidadãos.

Todo esse trabalho, desenvolvido pela CGU nas mais diversas frentes, permite afirmar que o Governo Brasileiro não se encontra mais na acomodação da tolerância ou na lamentação dos males causados pela corrupção. Os esforços já são reconhecidos por autoridades públicas e especialistas que se dedicam ao enfrentamento do problema, além do cidadão comum. Reflexo disso são os dados de pesquisa nacional realizada em 2009 pela Universidade de Minas Gerais, em conjunto com o Instituto Vox Populi, cujos resultados apontaram que 75% dos brasileiros sabem que nos últimos cinco anos, no Governo Federal, “o que cresceu não foi a corrupção, mas sim a apuração dos casos de corrupção que antes ficavam escondidos”.